



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO N. , DE 2021.

(do Sr. Alessandro Molon e outros)

Requer a convocação do Ministro de Estado da Educação, Sr. Victor Godoy Veiga, para prestar esclarecimentos sobre os bloqueios de verbas na educação superior, operados em novembro de 2022.

Sr. Presidente,

Requeremos a V. Exa., com fundamento no art. 50 da Constituição de 1988 e na forma do art. 24, IV e 219, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a CONVOCAÇÃO do Ministro da Educação, Sr. Victor Godoy Veiga, para comparecer perante à Comissão de Educação a fim de prestar esclarecimentos sobre os bloqueios de verbas na educação superior operados pelo Governo Federal em novembro de 2022.

JUSTIFICATIVA

Nesta segunda-feira, 28 de novembro de 2022, entidades ligadas à educação superior no Brasil informaram que o governo federal efetuou novo bloqueio de verbas para as instituições de ensino superior.

O bloqueio, conforme alertou o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) através de nota, pode virar um corte definitivo no orçamento deste ano¹. O Conif, ainda, declarou que o governo “retirou todos os limites de empenho distribuídos e não utilizados pelas

¹ G1: Entidades dizem que governo federal fez novo bloqueio de verbas na educação superior. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/11/28/conif-diz-que-governo-federal-sinaliza-novo-bloqueio-de-verbas-para-a-educacao-superior.ghtml>.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

instituições, enquanto define um valor efetivo para o bloqueio orçamentário”². Em síntese, o bloqueio representa uma etapa para o corte definitivo das verbas, que, conforme o presidente da Andifes, alcançará R\$1,68 bilhão no Ministério da Educação e, quanto às universidades, o total será de R\$ 244 milhões.

O bloqueio ocorreu enquanto a seleção brasileira estava em campo contra a Suíça, justamente para que não houvesse o foco e a denúncia populares de mais um confisco que atinge diretamente o direito à educação e o papel do Estado como seu concretizador. A medida de contingenciamento, como a que foi operada pelo governo federal em setembro deste ano, afeta substancialmente atividades de instituições de ensino superior federais. Por meio dessa estratégia, de novo, o governo coloca em risco o funcionamento das universidades e, portanto, a fruição efetiva por parte de diversos estudantes do direito à educação, garantido pela Constituição Federal nos artigos 6º e 205.

Mais uma vez, é preciso lembrar que “a educação, direito de todos e dever do Estado” deve ser promovida e incentivada, como dita a nossa Constituição, e não desmontada, como faz o governo federal. Lembramos, de novo, a frase emblemática de Darcy Ribeiro: “a crise da educação no Brasil não é uma crise; é um projeto”. E esse projeto, justamente, é reflexo desse movimento de ataque à educação que vem sendo operado pelo governo Bolsonaro, ainda que totalmente contrário à nossa Constituição.

Por tudo isso, solicitamos o apoio dos pares para que o presente requerimento seja aprovado.

Sala das sessões, 29 de novembro de 2022.

Alessandro Molon

PSB-RJ

2 G1: Entidades dizem que governo federal fez novo bloqueio de verbas na educação superior. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/11/28/conif-diz-que-governo-federal-sinaliza-novo-bloqueio-de-verbas-para-a-educacao-superior.ghtml>.



* C D 2 2 9 2 1 5 4 2 7 9 0 0 *